

O acesso à Atenção Primária à Saúde pela população trans após a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT

Amanda Laís Gonçalves Gama Pereira¹
Paloma Ferreira Coelho Silva²
Paula Dias Bevilacqua³

Resumo: Este artigo consiste em uma revisão de literatura integrativa que buscou compreender como se dá o acesso à Atenção Primária à Saúde (APS) pela população trans após a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Os dados foram coletados entre março e abril de 2023 na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), e as bases consultadas para essa revisão foram LILACS, SciELO, MEDLINE, BDENF, BDTD e Index Psi. Foram selecionadas 23 publicações, de acordo com os critérios de inclusão, que foram lidas integralmente e selecionadas para a análise. No período selecionado, verificou-se o crescimento da produção científica sobre a população trans e o acesso aos serviços de saúde no âmbito da APS após a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Os estudos analisados evidenciaram que a violência institucional e a discriminação ainda estão presentes no acesso da população trans aos serviços de saúde da APS, fazendo com que esse grupo não esteja vinculado à APS e não tenha seu direito à saúde garantido de forma integral.

Palavras-chave: Revisão Integrativa. Transfobia. Direitos Humanos. Brasil.

¹ Mestre em Saúde Coletiva, Instituto René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz. Doutoranda em Saúde Coletiva, Instituto René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz. Enfermeira, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. laisggpereira@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pesquisadora de pós-doutorado, Instituto René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz. paloma.silva@fiocruz.br.

³ Doutora em Ciência Animal, Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora Especialista em Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, Instituto René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz. paula.bevilacqua@fiocruz.br.

A discussão e a mobilização para a criação de políticas públicas no Brasil para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais cresceram nos últimos anos, dando visibilidade, principalmente, à assistência a pessoas travestis, transexuais e transgêneros. Isso se deu devido à implementação de programas governamentais com pautas referentes à identidade de gênero e à homossexualidade. Porém, pessoas trans ainda encontram muitas dificuldades para acessar os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e, mesmo quando acessam, enfrentam posturas constrangedoras e despreparo de profissionais, estigma e discriminação. Isso faz com que o cuidado em saúde não garanta integralidade, equidade e universalidade (FACCHINI, 2009).

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT) foi instituída pela Portaria n.º 2.836, de 1º de dezembro de 2011, considerando a saúde como um direito e com o objetivo geral de “promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo” (BRASIL, 2011a).

É fundamental demarcar dois objetivos específicos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT: “reduzir danos à saúde da população LGBT no que diz respeito ao uso excessivo de medicamentos, drogas e fármacos, especialmente para travestis e transexuais” e “definir estratégias setoriais e intersetoriais que visem reduzir a morbidade e a mortalidade de travestis” (BRASIL, 2011a). Isso porque o acesso aos serviços de saúde, livre de preconceitos e com atendimento qualificado para a população travesti, transexual e transgênero reduz os riscos de adoecimento e favorece a promoção, prevenção e proteção à saúde. Além disso, essas pessoas possuem mais dificuldades e sofrem com o despreparo dos serviços e dos profissionais de saúde, além de vivenciarem situações de transfobia institucional. Essas vulnerabilidades afastam a população trans dos serviços de saúde, fazendo com que ocorra com maior frequência a automedicação e aumentem os riscos de morbidade e mortalidade (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA, 2019).

A criação de políticas públicas, principalmente para a população trans, apesar de ter ganhado visibilidade na última década, traz consigo desafios para que sejam colocadas em prática. No acesso aos serviços de saúde, por exemplo, algumas dificuldades são encontradas e descritas pela população trans, como a discriminação, o acolhimento inadequado e a falta de preparo dos profissionais de saúde, gerando sentimentos de tristeza, angústia e, conseqüentemente, abandono do tratamento ou resistência em procurar os serviços de saúde quando necessário, expondo-as, assim, a piores condições de saúde (ROCON et al., 2019).

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), publicada na portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, em seu inciso 3º, proíbe qualquer exclusão referente a gênero e reforça o princípio da equidade ao estabelecer a criação de estratégias de cuidado que contribuam para diminuir a estigmatização e discriminação dessa população no acesso aos serviços da APS, de forma a não prejudicar sua saúde (BRASIL, 2011b).

Assim, algumas demandas, que poderiam ser resolvidas nesse nível, são encaminhadas aos serviços de média e alta complexidade devido à falta de articulação entre os serviços da APS e da Atenção Secundária à Saúde, aumentando as filas de espera dos ambulatorios e hospitais para processos transexualizadores. Tal fragilidade demonstra que o cuidado em saúde da população trans é visto, principalmente, como responsabilidade da Atenção Secundária à Saúde e, conseqüentemente, relacionado apenas ao processo transexualizador, excluindo, assim, outros cuidados que são importantes e necessários a qualquer pessoa, como atendimento odontológico, avaliação clínica, nutricional e ações de prevenção de doenças e promoção da saúde realizadas no âmbito da APS (LIMA, 2016).

A falta de articulação entre os serviços também contribui para o despreparo dos profissionais da APS, uma vez que não há diálogo acerca do cuidado da pessoa trans entre os trabalhadores da APS e os dos serviços especializados, fragmentando o cuidado

e o reduzindo ao processo de hormonização e às cirurgias de redesignação (GEISLER; SPERLIN, 2013).

Ainda, a APS é a principal porta de entrada para qualquer pessoa e é através dela que outros serviços são acionados para a atuação no cuidado integral. Quando uma pessoa trans acessa um serviço da APS e não é acolhida de forma adequada, além de prejudicar o vínculo com o serviço e com o atendimento, outras ofertas de cuidado e outros encaminhamentos são reduzidos, ferindo o princípio da equidade proposto pelo SUS (GEISLER; SPERLIN, 2013).

A criação da Política Nacional de Saúde integral LGBT foi uma grande conquista para a garantia de direitos da população trans. Pensar sua implementação nos serviços da APS é importante para que o cuidado em saúde direcionado a essa população seja realizado de acordo com suas especificidades e demandas, ampliando, assim, as ofertas de cuidado em saúde de forma integral e territorializada.

Faz-se necessário investigar a operacionalização da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no acesso de pessoas trans aos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS), visto que essa política foi instituída há mais de uma década com o objetivo de promover saúde de forma integral, equitativa e universal a essa população. Nesse sentido, questiona-se: como se dá o acesso à APS pela população trans após a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT? Como objetivo geral, esse artigo buscou responder a essa questão, por meio de uma revisão de literatura integrativa.

Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão integrativa, com o objetivo de conhecer de forma detalhada o tema pesquisado e realizado a partir da identificação, análise e síntese de estudos semelhantes sobre o mesmo assunto, apoiando-se na Prática Baseada em Evidência (PBE) (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

O estudo foi realizado com base no modelo proposto por Ganong (1987), constituído pelas seguintes etapas: formulação do problema, busca de dados, avaliação dos dados coletados, análise crítica e interpretação dos estudos incluídos, apresentação e discussão dos resultados.

Os dados foram coletados entre março e abril de 2023, na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), plataforma que agrega bases de dados bibliográficos e outros tipos de fontes de informação em saúde. As bases consultadas para essa revisão foram LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), Base de Dados da Enfermagem (BDENF), Index Psicologia e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Nas plataformas de busca, os seguintes descritores foram selecionados a partir da definição do problema e do tema da pesquisa: “população trans”, “transgênero”, “travestis”, “transexual”, “atenção primária à saúde”, “atenção básica à saúde”, “acesso à saúde”, “acesso a serviços de saúde” e “Política Nacional de Saúde Integral LGBT”, nos idiomas português, inglês e espanhol. Ainda, foram utilizados os boleadores “and” e “or” para cruzamentos dos descritores.

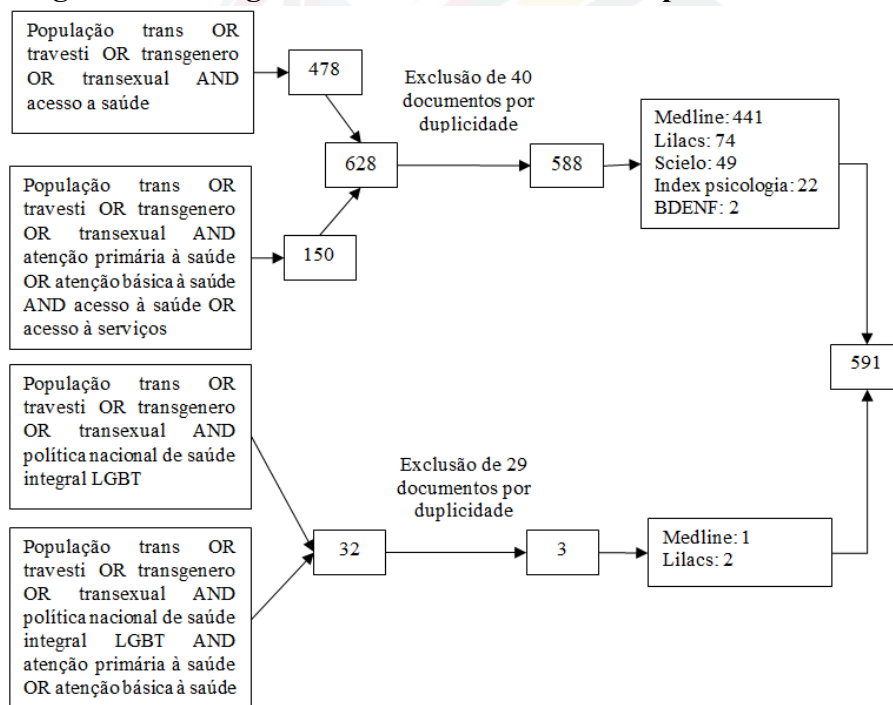
Os critérios definidos para a seleção das publicações foram: texto completo, documentos em forma de artigo, teses e dissertações de acesso livre, em idioma português, inglês e espanhol, e publicados entre os anos 2012 e 2022. Pesquisas de revisão integrativa, bibliográfica, teóricas, empíricas – com dados primários ou secundários, foram selecionadas em um primeiro momento. O ano 2012 foi definido como início do período para a busca, já que a publicação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT ocorreu em 2011. O recorte temporal para seleção dos documentos foi o período após 2011, uma vez que esse foi o ano de publicação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

Para a pesquisa na BVS, a princípio, foi realizada uma busca ampla associando os descritores e boleadores “população trans or travesti or transgenero or transexual and

acesso à saúde”, encontrando 478 publicações. Adicionalmente, foi realizado o cruzamento dos descritores “população trans or travesti or transgenero or transexual and atenção primária à saúde or atenção básica à saúde and acesso à saúde or acesso a serviços de saúde”, encontrando outros 150 estudos. Ao somar esses resultados aos da primeira busca, foram excluídos 40 estudos que estavam em duplicidade, totalizando 588 documentos.

Ainda na BVS, foi realizada a busca “população trans OR travesti OR transgenero OR transexual AND política nacional de saúde integral LGBT” e “População trans OR travesti OR transgenero OR transexual AND Política Nacional de Saúde Integral LGBT and atenção primária à saúde OR atenção básica à saúde”, localizando 32 estudos nas duas buscas. Desse total, verificou-se que 29 estudos já haviam sido selecionados nas duas primeiras buscas, assim, na plataforma BVS foram selecionadas 591 publicações para leitura do título e resumo (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma da busca de estudos na plataforma BVS

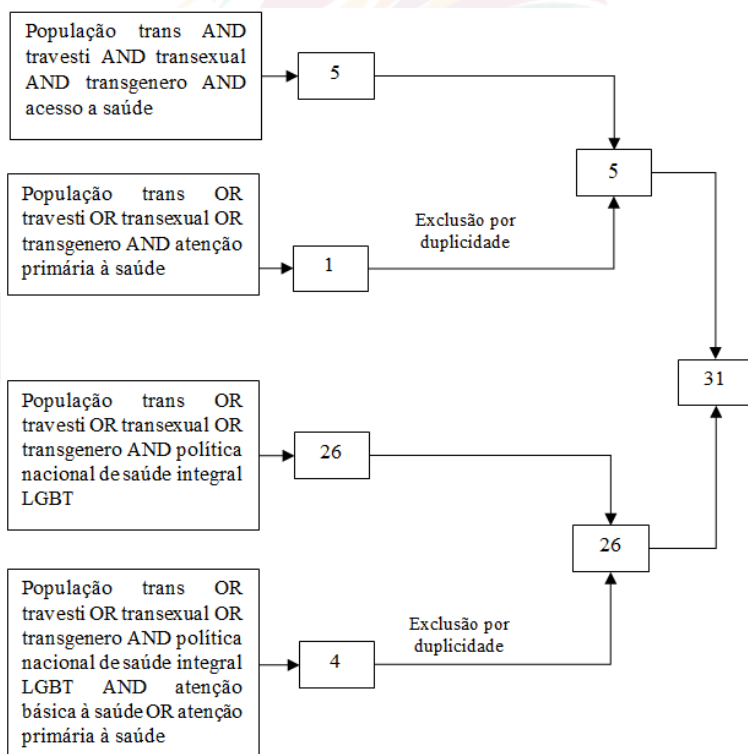


Fonte: autoria própria

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foi realizada a busca “população trans and travesti and transexual and transgenero and acesso à saúde”, sendo encontrados cinco estudos. Em seguida, foi feita a busca “população trans or travesti or transexual or transgenero and atenção primária à saúde”, sendo encontrada uma pesquisa que já estava incluída no primeiro resultado.

Ainda na BDTD, foi realizada a busca “população trans or travesti or transexual or transgenero and política nacional de saúde integral LGBT”, localizando 26 pesquisas. Em seguida, realizou-se a busca “população trans or travesti or transexual or transgenero and política nacional de saúde integral LGBT and atenção básica à saúde or atenção primária à saúde”, sendo encontrados quatro estudos em duplicidade. Por fim, nessa plataforma, foi selecionado o total de 31 estudos para leitura dos títulos e resumos (Figura 2).

Figura 2: fluxograma da busca de estudos na plataforma BDTD



Fonte: autoria própria

Na etapa seguinte, foi feita a leitura do título e do resumo dos artigos selecionados nas duas plataformas. Foram utilizados os seguintes critérios para a seleção dos documentos que seriam lidos na íntegra: pesquisas realizadas no Brasil, que tratassem do acesso à saúde da população trans na Atenção Primária à Saúde e discutissem a Política Nacional de Saúde Integral LGBT no âmbito da APS.

Ao final dessa etapa, foram selecionadas 23 publicações, que foram lidas integralmente e selecionadas para a análise. Os dados foram sistematizados por título, autor(es), ano de publicação, região do país em que foi realizada a pesquisa, área de conhecimento, periódico de publicação dos artigos ou programa de pós-graduação em que foram realizadas as dissertações e teses, além do tipo e objetivo do estudo.

Resultados

Foram selecionadas treze publicações na LILACS, uma no banco de dados da Scielo, três artigos na Base de dados da Enfermagem (BDENF) e seis estudos na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, perfazendo o total de 23 estudos publicados em português entre 2015 e 2022.

Não foram encontradas pesquisas no idioma espanhol e inglês que contemplassem o tema e os critérios de inclusão utilizados para a seleção final dos textos. Acredita-se que o número reduzido de publicações em idioma inglês e espanhol se deva ao fato de a Política Nacional de Saúde Integral LGBT ser pouco pesquisada em outros países e pouco publicada em revistas internacionais.

Dentre os artigos selecionados, sete tinham autores principais com formação na área de enfermagem, um em psicologia, um em medicina e um em farmácia. Os outros 13 estudos não mencionaram a área de formação dos autores. Durante a leitura do título e resumo dos estudos, foi observado que entre as 23 publicações selecionadas, 11 pesquisas estudavam a população LGBT e não se limitavam à população trans. Nas Tabelas 1 e 2, são apresentadas as características dos estudos analisados.

Tabela 1: Caracterização dos estudos selecionados quanto ao título, autor(es), ano de publicação, tipo e delineamento da pesquisa e objetivos

Título	Autor(es)	Ano	Delineamento da pesquisa	Objetivos
Pessoas Trans na Atenção Primária: análise preliminar da implantação no município de Florianópolis, 2015	Rogers, J. et al.	2015	Artigo. Dados primários e qualitativos	Analisar as experiências no acesso à APS sob o olhar da população transgênero, considerando o contexto de vulnerabilidade social ao qual estão submetidas
Acesso e qualidade da atenção à saúde para a população lgbt: a visão dos médicos de uma capital do nordeste brasileiro	Pereira, E.O.	2015	Dissertação. Dados primários e qualitativos	Discorrer no campo teórico sobre a formação de estigma para a diversidade sexual, heteronormatividade e homofobia, bem como sobre a ação desses fatores sobre a saúde da população LGBT, as reações de enfrentamento dos movimentos sociais e suas influências sobre elaboração de políticas públicas
Bioética da proteção na acessibilidade à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Franklin, T.A. et al.	2016	Artigo. Dados secundários e qualitativos	Analisar o acesso de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT aos serviços da APS após a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, dialogando essa temática com a bioética da proteção
Assistência em saúde às travestis na atenção primária: do acesso ao atendimento	Sehnm, G.D. et al.	2017	Artigo. Dados primários e qualitativos	Conhecer a assistência em saúde às travestis, sob a ótica dos enfermeiros, na atenção primária
Atendimento das necessidades em saúde das travestis na atenção primária	Amorim, J.F. e Teixeira E.R.	2017	Artigo. Dados primários e qualitativos	Discutir o atendimento das necessidades de travestis nos serviços da APS
Universalidade? O acesso de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas com identidade de gênero trans aos serviços públicos de Atenção Básica em Saúde	Soldera, D.	2018	Dissertação. Dados primários e qualitativos	Evidenciar a forma como os profissionais de uma Estratégia de Saúde da Família percebem a homossexualidade, as questões de sexualidade e gênero no seu cotidiano de trabalho

Título	Autor(es)	Ano	Delineamento da pesquisa	Objetivos
Barreiras de acesso na Atenção Primária à Saúde à travestis e transexuais na região Central de São Paulo	Magalhães, L.G.	2018	Dissertação. Dados primários e qualitativos	Elaborar um manual de acolhimento à população travesti e transexual para APS
Atenção à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na estratégia saúde da família	Belém, J.M. et al.	2018	Artigo. Dados primários e qualitativos	Analisar a atenção à saúde prestada à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Estratégia Saúde da Família
Análise sobre acesso e qualidade da atenção integral à saúde de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis na Atenção Básica de Saúde na Cidade do Recife, Brasil	Souza, A.C.J.	2018	Tese. Dados primários e quanti-qualitativos	Analisar o acesso e a qualidade da Atenção Integral à saúde de mulheres lésbicas, bissexuais, mulheres transexuais e travestis na APS
Estigma e Diversidade Sexual nos Discursos dos(as) profissionais do SUS. Desafios para a saúde da população LGBT	Guimarães, R.C.P.	2018	Tese. Dados primários e qualitativos	Investigar a percepção de médicos(as) e enfermeiros(as) sobre a atenção à saúde ofertada à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) na APS
Atributos da Atenção Primária à Saúde e ferramentas de medicina de família no atendimento às diversidades sexual e de gênero: Relato de caso	Lima, A.M. et al.	2019	Artigo. Dados primários e qualitativos	Apresentar o médico de família e comunidade como profissional importante na área da saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais
O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa	Pereira, L.B.C. e Chazan, A.C.S.	2019	Artigo. Dados secundários e qualitativos	Apresentar os resultados de uma revisão integrativa sobre o acesso das pessoas trans aos serviços de saúde da APS
Percepções de usuários transexuais sobre o cuidado na estratégia de saúde da família: o desafio do reconhecimento e do rompimento da invisibilidade	Gomes, D.F.	2019	Dissertação. Dados primários e qualitativos	Compreender a realidade vivida pelos transexuais a partir de suas percepções sobre o cuidado que lhes são prestados na Estratégia de Saúde Família

Título	Autor(es)	Ano	Delineamento da pesquisa	Objetivos
Travesti e cuidado humanizado em saúde	Moraes, A.N.D e Silva, G.S.N.	2020	Artigo. Dados primários e qualitativos	Identificar concepções, desejos, receios e sugestões quanto ao cuidado humanizado em saúde dirigido às pessoas travestis, no âmbito da APS
Cuidado à população LGBT: iniciativas das equipes da Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro	Brandão, B.A.	2020	Dissertação. Dados primários e quanti-qualitativos	Analisar iniciativas desenvolvidas pelas equipes da APS dirigidas à população LGBT e examinar como essas podem promover o cuidado à população
Vários tons de não: relatos de profissionais da Atenção Básica à Saúde na assistência de lésbicas, gays bissexuais, travestis e transexuais (LGBTB)	Ferreira, B.O. e Bonan, C.	2021	Artigo. Dados primários e qualitativos	Analisar relatos de profissionais na assistência da população LGBTB na Estratégia Saúde da Família
Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais	Reis, P.S.O. et al.	2021	Artigo. Dados primários e qualitativos	Compreender os sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de pessoas travestis e transexuais na atenção básica
Produção do cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na atenção primária	Silva, A.A.C. et al.	2021	Artigo. Dados primários e qualitativos	Descrever a produção do cuidado em Enfermagem à saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Pessoas Trans Queers Intersexos, Assexuais e outras identidades sexuais e de gênero, a partir das reflexões acerca do trabalho da enfermeira
Acolhimento de travestis e transexuais na atenção primária à saúde: uma revisão bibliográfica	Veras, P.H.L. et al.	2021	Artigo. Dados secundários e qualitativos	Analisar o acolhimento de Travestis e Transexuais na APS
Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica	Gomes, D.F. et al.	2022	Artigo. Dados primários e qualitativos	Identificar e discutir os motivos que dificultam ou restringem a acessibilidade dos transexuais aos serviços básicos de saúde

Título	Autor(es)	Ano	Delineamento da pesquisa	Objetivos
Serviços de atendimento integral à saúde de transexuais e travestis no Sistema Único de Saúde: uma revisão integrativa	Lucena, M.M. et al.	2022	Artigo. Dados secundários e qualitativos	Analisar como estão constituídos os serviços de atendimento integral à saúde de pessoas transexuais e travestis no Brasil com base em uma revisão integrativa da literatura
População LGBT na Atenção Primária à Saúde em uma área programática do Município do Rio de Janeiro: a perspectiva do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica	Ferreira, P.T.	2022	Dissertação. Dados primários e qualitativos	Analisar a atenção prestada às pessoas LGBT, em uma área programática na APS sob a perspectiva de profissionais do NASF
Para além do processo transexualizador: concepção e implementação de um serviço despatologizador e integral à saúde trans e travesti no contexto da atenção primária à saúde na cidade de Porto Alegre (RS)	Lucena, M.M. et al.	2022	Artigo. Dados primários e qualitativos	Relatar a experiência da criação do serviço do Ambulatório de Identidade de Gênero do Grupo Hospitalar Conceição no contexto da APS

Fonte: autoria própria

Tabela 2: Caracterização dos estudos quanto à região, área de conhecimento e periódico/ programa de publicação

Título	Região	Área de conhecimento	Periódico/Programa de Pós-graduação de realização da pesquisa
Pessoas Trans na Atenção Primária: análise preliminar da implantação no município de Florianópolis, 2015	Sul	Saúde coletiva	Revista Saúde e Transformação Social
Acesso e qualidade da atenção à saúde para a população lgbt: a visão dos médicos de uma capital do nordeste brasileiro	Nordeste	Saúde Coletiva	Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília
Bioética da proteção na acessibilidade à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Nordeste	Enfermagem	Revista de enfermagem-UFPE
Assistência em saúde às travestis na atenção primária: do acesso ao atendimento	Sul	Saúde Coletiva	Revista de Enfermagem UFPE
Atendimento das necessidades em saúde das travestis na atenção primária	Sudeste	Saúde Coletiva	Revista Baiana de Saúde Pública
Universalidade? O acesso de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas com identidade de gênero trans aos serviços públicos de Atenção Básica em Saúde	Sul	Psicologia	Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS)
Barreiras de acesso na Atenção Primária à Saúde à travestis e transexuais na região Central de São Paulo	Sudeste	Saúde Coletiva	Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo/ Mestrado profissional em Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde

Título	Região	Área de conhecimento	Periódico/Programa de Pós-graduação de realização da pesquisa
Atenção à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na estratégia saúde da família	Nordeste	Enfermagem	Revista Baiana de Enfermagem
Análise sobre acesso e qualidade da atenção integral à saúde de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis na Atenção Básica de Saúde na Cidade do Recife, Brasil	Nordeste	Saúde Coletiva	Curso de Doutorado em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz
Estigma e Diversidade Sexual nos Discursos dos (as) profissionais do SUS Desafios para a saúde da população LGBT	Centro Oeste e Nordeste	Saúde Coletiva	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília
Atributos da Atenção Primária à Saúde e ferramentas de medicina de família no atendimento às diversidades sexual e de gênero: Relato de caso	Sudeste	Saúde Coletiva	Revista Brasileira de Medicina, Família e Comunidade
O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa	Sudeste	Saúde Coletiva	Revista Brasileira de Medicina, Família e Comunidade
Percepções de usuários transexuais sobre o cuidado na estratégia de saúde da família: o desafio do reconhecimento e do rompimento da invisibilidade	Sudeste	Ciências Sociais	Programa Acadêmico em Ciências do Cuidado em Saúde da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, da Universidade Federal Fluminense

Título	Região	Área de conhecimento	Periódico/Programa de Pós-graduação de realização da pesquisa
Travesti e cuidado humanizado em saúde	Nordeste	Psicologia	Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica
Cuidado à população LGBT: iniciativas das equipes da Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro	Sudeste	Saúde Coletiva	Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz
Vários tons de não: relatos de profissionais da Atenção Básica à Saúde na assistência de lésbicas, gays bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT)	Nordeste	Saúde Coletiva	Revista Brasileira de Medicina, Família e Comunidade
Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais	Norte	Saúde Coletiva	Revista Cuidado é Fundamental
Produção do cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na atenção primária	Nordeste	Saúde Coletiva	REVISA
Acolhimento de travestis e transexuais na atenção primária à saúde: uma revisão bibliográfica	Brasil	Saúde Coletiva	Revista Enfermagem Atual
Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica	Sudeste	Saúde Coletiva	Revista Escola Anna Nery

Título	Região	Área de conhecimento	Periódico/Programa de Pós-graduação de realização da pesquisa
Serviços de atendimento integral à saúde de transexuais e travestis no Sistema Único de Saúde: uma revisão integrativa	Sul	Saúde coletiva	Revista Brasileira de Medicina, Família e Comunidade
População LGBT na Atenção Primária à Saúde em uma área programática do Município do Rio de Janeiro: a perspectiva do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica	Sudeste	Saúde Coletiva	Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz
Para além do processo transexualizador: concepção e implementação de um serviço despatologizador e integral à saúde trans e travesti no contexto da atenção primária à saúde na cidade de Porto Alegre (RS)	Sul	Saúde Coletiva	Revista Brasileira de Medicina, Família e Comunidade

Fonte: autoria própria

Observa-se que, a partir de 2017, as publicações sobre o acesso à saúde da população trans aumentaram significativamente, sendo 20 pesquisas publicadas a partir desse ano. Cabe ressaltar que, em 2016, foi publicado o Decreto nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. E, em 2018, foi instituído o Provimento nº 73/2018, que garante a mudança do nome social e do sexo no registro civil a todas as pessoas trans, independentemente da realização do processo transexualizador. Essa mudança pode ser realizada diretamente no cartório, sem intervenção de processos jurídicos. Acredita-se

que o aumento do número de pesquisas realizadas a partir do ano de 2017 esteja relacionado à criação de políticas públicas voltadas especificamente para a população trans, despertando o interesse em investigações sobre a efetivação de direitos garantidos em documentos legais, em especial o acesso à saúde e seus serviços.

Além disso, observou-se que 17 estudos estão no campo da Saúde Coletiva. Esse dado sugere que a produção de conhecimento sobre o acesso da população trans aos serviços da APS tem sido realizada majoritariamente por pesquisadores da área da saúde.

Considerando as regiões brasileiras onde as pesquisas foram realizadas, oito foram no Sudeste, oito no Nordeste, cinco no Sul, uma no Norte, uma no Centro Oeste e um estudo envolveu todo o país. O maior número de estudos realizados no Sudeste e Nordeste possivelmente está associado aos movimentos sociais e às lutas que aconteceram nessas regiões nas últimas décadas, como o Grupo Somos, criado em 1978, em São Paulo; o Triângulo Rosa, o Grupo Gay do Atobá e a Associação das Travestis e Liberados (Astral), no Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia. Os movimentos sociais, ao reivindicarem a garantia de direitos para essa população, contribuem também para a visibilidade e realização de pesquisas sobre o tema.

Além disso, foi na região Sudeste que aconteceu a implementação pioneira de estratégias de cuidado em saúde para a população trans, como a criação do primeiro ambulatório multidisciplinar trans e a realização da primeira cirurgia de redesignação sexual no estado de São Paulo. Há que se considerar, ainda, que, historicamente, o investimento nos serviços de saúde, bem como na produção de ciência e tecnologia, é maior nessa região.

As pesquisas de revisão bibliográfica e integrativa selecionadas utilizaram documentos do tipo artigos científicos (n=3) e textos de políticas públicas (n=1). E, nas pesquisas com dados primários, os pesquisadores entrevistaram a população LGBT (n=1), pessoas travestis, transgêneros ou transexuais (n=7) e profissionais de saúde e/ou gestores (n=10). Sobre a população entrevistada, é preciso refletir quando essa é

composta somente por profissionais dos serviços de saúde, uma vez que eles, em sua maioria, não conhecem as especificidades da população trans por não realizarem atendimentos a elas, conforme relatam os estudos. Segundo os profissionais entrevistados nos estudos analisados, o motivo pelo qual não atendem essa população se devia à pouca frequência ou não chegada dessas pessoas nos serviços, bem como à demanda frequente de realização do processo transexualizador, justificando que esse não é um procedimento realizado no âmbito da APS.

Nota-se, no período estudado, o crescimento da produção científica sobre a população trans e o acesso aos serviços de saúde no âmbito da APS após a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. O tema tem sido tratado, em sua maioria, por pesquisadores da área da saúde em todo país, apesar da concentração de estudos em duas regiões já mencionadas. Os dados ainda mostram que, nas pesquisas que envolvem profissionais de saúde, os temas abordados são sobre o atendimento à população trans, quando ele acontece. Quando os estudos investigam o acesso à saúde, perguntam a essas pessoas sobre sua vivência na busca por cuidado em saúde no âmbito da APS.

O acesso aos centros de saúde da APS por pessoas trans

Ao buscarem atendimento nos centros de saúde, as pessoas trans comumente são vítimas de discriminação, preconceito e falta de qualificação dos profissionais que realizam o acolhimento e o atendimento nesses serviços, configurando barreiras de acesso e restringindo a oferta de cuidados a essa população.

Quando sofrem transfobia no acesso aos serviços da APS, sentem medo de retornar e só o procuram quando estão muito doentes, buscando muitas vezes o cuidado de seus pares e de maneira informal (MAGALHÃES, 2018; REIS et al., 2021).

Os estudos analisados sugerem que o acesso à APS não está sendo assegurado às pessoas trans, conforme prevê o inciso 3º da Política Nacional de Atenção Básica

(PNAB), o que requer a construção de estratégias para que elas consigam chegar aos serviços, sendo atendidas com respeito e em sua integralidade.

O atravessamento da concepção binária de gênero é discutido em 12 estudos, sugerindo que o modelo biomédico orienta o processo de trabalho e de ofertas de cuidado em saúde (AMORIM; TEIXEIRA, 2017; MAGALHÃES, 2018). O atendimento pautado na concepção binária de gênero compromete o acolhimento das demandas da população trans por considerar apenas o corpo biológico na oferta de cuidados. Isso acontece, por exemplo, quando uma pessoa trans busca o serviço de saúde para uma consulta e questões como saúde mental, vacinação, saúde bucal, dentre outras, que não estão associadas ao processo transexualizador e à saúde sexual, não são perguntadas durante o atendimento. É frequente a procura de pessoas trans pelos serviços da APS com demandas sobre a inserção no processo transexualizador previsto no SUS. E, ao chegarem nos serviços de saúde, é importante que cada pessoa seja tratada em sua singularidade, considerando o sujeito enquanto ser biopsicossocial, e não apenas como um corpo biológico concebido pela lógica binária de sexo masculino ou feminino.

Dessa forma, sugere-se que desconstruir a binaridade e rever a teoria que orienta a oferta de cuidado da APS, de forma a reconhecer os corpos trans e suas especificidades, além de conhecer o seu modo de vida, é de extrema importância para a garantia de direitos dessa população e para a melhoria de sua saúde.

Apesar dos dificultadores de acesso corresponderem à maioria dos achados nos estudos selecionados, duas pesquisas chamam a atenção para as experiências positivas de acesso aos centros de saúde da APS. A primeira discute a experiência inovadora de um ambulatório trans no âmbito da APS, no município de Florianópolis, onde pessoas trans contam, durante a pesquisa, sobre a integralidade do cuidado ofertado no serviço, sem focar no processo de transição de gênero, e, também, sobre se sentirem seguras ao procurarem atendimento (ROGER et al., 2016).

A estratégia de construção de um lugar de atendimento que se propõe a cuidar de pessoas trans em sua integralidade no âmbito da APS, visando atender às suas singularidades com a segurança de um atendimento com menor possibilidade de discriminação e preconceito, é inovadora e faz com que o vínculo entre o usuário do SUS e o profissional da saúde seja construído. Além disso, um serviço que atende apenas esse público propicia a sociabilidade e a troca de experiências entre pessoas trans, compartilhando angústias, conquistas, vivências e estratégias de cuidado.

Outra experiência diz respeito à criação de uma oficina na sala de espera de um centro de saúde da APS, que conta com a participação de profissionais da própria unidade, pessoas que aguardavam atendimento, ativistas LGBT e pesquisadores. Nessa experiência, é possível que a população do território, bem como os profissionais, entenda o modo de vida de pessoas trans e suas demandas, reconhecendo a existência dessa população no território (BRANDÃO, 2020).

A mobilização social descrita no estudo acima possui grande relevância, pois aproxima os profissionais de saúde e a comunidade de pessoas trans, podendo gerar empatia e minimizar processos de discriminação e preconceito, como olhares constrangedores na sala de espera para atendimento, o respeito ao uso do nome social, além de contribuir para que os profissionais de saúde conheçam as pessoas trans que vivem no território e possam ser sensibilizados para criação de estratégias e ofertas de cuidado direcionadas a essa população.

As duas experiências, apesar de serem diferentes em sua metodologia, possuem, em comum, a inserção da população trans nesses serviços, e contribuem para sua visibilidade e para que o cuidado seja reconhecido de forma igualitária e equânime.

Ainda que o acesso aos serviços da APS por pessoas trans seja marcado por barreiras institucionais (processos de trabalho, falta de qualificação profissional e ofertas de cuidado) e estruturais (discriminação, preconceito e invisibilidade), é possível perceber iniciativas municipais no âmbito da APS e sua divulgação pode inspirar outras ações em saúde em outros municípios do país. Além disso, a publicação de estudos

científicos pode contribuir para ampliar o conhecimento sobre as barreiras de acesso subjetivas encontradas por pessoas trans através da produção de conhecimento sobre essa parcela da população, bem como de suas demandas de saúde.

Perspectivas para melhoria do cuidado à população trans na APS

Para iniciar a discussão desta seção, é preciso problematizar o número reduzido de publicações que abordam a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT na APS (n=11). Acredita-se que esse processo aconteça devido à pouca visibilidade dessa população nos serviços da APS, focando o cuidado em saúde na atenção especializada.

Dos 11 estudos que discutem a PNSILGBT na APS, dois tratam da falta de conhecimento dos profissionais da APS sobre essa política e sete estudos apontam para a dificuldade de implementação da PNSILGBT na APS; um estudo defende a estratégia de utilizar a PNSILGBT para aproximar a população trans dos serviços da APS e conhecer suas especificidades, e uma pesquisa afirma que após a criação da PNSILGBT houve um aumento da oferta de cuidados em saúde para a população trans.

Com esses dados, infere-se que, mesmo após quase uma década da sua implementação, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT ainda é pouco discutida nos serviços da APS. As pesquisas sugerem, ainda, a falta de discussões sobre o tema nesses serviços, uma vez que diversos autores ressaltam a necessidade de ações de educação permanente que abordem o cuidado em saúde da população trans.

Diante da necessidade de qualificação dos profissionais da APS, os autores defendem a educação permanente (n=7) e a abordagem dos temas diversidade de gênero e cuidado em saúde da população LGBT nos cursos de graduação, pós-graduação e residência.

É importante salientar que a PNSILGBT já prevê em um dos seus objetivos específicos a educação permanente para o enfrentamento das discriminações de gênero,

orientação sexual, raça, cor e território de gestores, trabalhadores de saúde e integrantes dos Conselhos de Saúde. No entanto, com base nos estudos analisados, nota-se que, na prática, esse movimento não acontece nos serviços da APS (BRASIL, 2011a).

A mudança de concepções e práticas dos profissionais de saúde em relação a gênero e sexualidade e a escuta qualificada, são propostas citadas pelos autores para melhoria do atendimento, podendo ser atendidas com a implementação de educação permanente nos serviços da APS. Isso aconteceria, pois a Política de Educação Permanente envolve a qualificação técnica e, também, tem potencial para inovar a prática cotidiana dos profissionais de saúde de modo a substituir os modelos já existentes por alternativas de cuidado que respeitem a diversidade e a singularidade do público atendido (BRASIL, 2008).

Apenas um estudo aborda a representatividade LGBT nos serviços da APS para melhoria do atendimento à população trans (AMORIM; TEIXEIRA, 2017). Acredita-se que a presença de pessoas trans trabalhando nos serviços de saúde contribuiria para a sensibilização dos demais trabalhadores e, conseqüentemente, para a vinculação entre profissionais e a população trans que acessa os serviços. Ainda, poderia promover a ida de pessoas trans aos serviços de saúde, considerando que a representatividade trans contribuiria para que essa população se sentisse mais protegida da violência institucional e com maior possibilidade de atendimento de suas demandas.

A qualificação profissional, tanto no nível de graduação ou de especialização, quanto na educação permanente, é a grande aposta dos autores. Para eles, a qualificação favorece a sensibilização para o cuidado, a vinculação da população trans aos serviços da APS e a formação de profissionais como agentes de transformação social, contribuindo para o cuidado integral, para a diminuição da discriminação e da violência institucional.

Considerações finais

Neste estudo de revisão integrativa, que teve como objetivo geral compreender como se dá o acesso à APS pela população trans após a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, foi possível identificar que, mesmo após a implementação da PNSILGBT, a população trans não acessa os serviços da APS de forma regular e sistematizada e, quando acessa, os atendimentos são limitados à concepção binária de gênero, comprometendo a integralidade do cuidado em saúde. Ainda que recentes e em número reduzido, os estudos discutem ações que estão sendo realizadas com o objetivo de melhorar a experiência da população trans no acesso a APS e contribuir para o cuidado integral e livre de violência institucional.

A violência institucional e a discriminação ainda estão presentes no acesso da população trans nos serviços de saúde da APS, fazendo com que essa parcela da população não esteja vinculada à APS e não tenha seu direito à saúde garantido de forma integral. No entanto, após a implementação da PNSILGBT, o tema vem sendo estudado e pensado no sentido de refletir sobre os processos de trabalho na APS e as estratégias para qualificar o atendimento à população trans, investindo-se na educação permanente tanto dos graduandos quanto dos profissionais de saúde já graduados.

O pequeno número de publicações encontradas, que discutissem sobre o acesso de pessoas trans aos serviços da APS, foi uma limitação encontrada na realização desta pesquisa. A própria metodologia da revisão integrativa, por ter mais rigor nos critérios de inclusão e exclusão dos estudos selecionados trouxe limitações no quantitativo final de publicações. Ainda, as bases de dados e os idiomas escolhidos para coleta de dados, podem ter gerado implicações no encontro de estudos publicados em outras línguas e países.

A análise empreendida nessa revisão integrativa evidenciou que apesar da existência da PNSILGBT, a sua implementação nos serviços de saúde da APS ocorre de forma lenta e o acesso à saúde no nível primário, não tem acontecido de forma integral e

não atende as especificidades e as demandas dessas pessoas, conforme preconizado na política.

Sugere-se que outras pesquisas que tratem do acesso aos serviços da APS por pessoas trans sejam realizadas para aprofundar a discussão sobre a temática, uma vez que o cuidado em saúde de forma igualitária, equânime e integral, é direito dessa população. E, para que isso aconteça, é preciso conhecer as especificidades dessas pessoas e ofertar um atendimento pautado no respeito à diversidade de corpos existentes.

Espera-se, com este estudo, contribuir para a síntese e discussão da produção científica sobre o acesso à saúde da população trans no âmbito da APS, bem como chamar a atenção para que outros estudos sejam realizados, contribuindo para a reflexão e o redirecionamento das práticas de trabalho nos serviços de saúde.

Referências

- AMORIM, Juliana de Freitas; TEIXEIRA, Éneas Rangel. Atendimento das necessidades em saúde das travestis na atenção primária. **Revista Bahiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 3, p. 759-773. 2017.
- BRANDÃO, Bruno Alves. **Cuidado à população LGBT: iniciativas das equipes da Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro**. 2020. Dissertação (mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 128 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 1.996**, de 20 de agosto de 2007. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. **PORTARIA Nº 2836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília: Ministério da Saúde, 2011a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 2.488**, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de outubro de 2011. Seção 1, nº 204, p. 48-55. Brasília, 2011b.

- FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a arena do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v.3, n.4, p-131-158. 2009
- GANONG, Laurence. Integrative reviews of nursing research. **Res Nurs Health**. v 10, n 1, p. 1-11. 1987.
- GEISLER, Adriana Ribeiro Rice; REIS, Valéria Lagrange Moutinho; SPERLIN, Stephan. Cidadania e democracia sanitária: refletindo sobre o direito à saúde da população “trans” numa perspectiva de integralidade. **Cad. IberAmer. Direito. Sanit.** v.2, n.2. 2013.
- LIMA, Fátima; CRUZ, Kathleen Tereza da. Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. **Sex Salud Soc.** v 23, p. 162-86. 2016.
- MAGALHÃES, Luiza Gomes. **Barreiras de acesso na Atenção Primária à Saúde à travestis e transexuais na região central de São Paulo**. Dissertação (mestrado profissional em Atenção Primária à Saúde). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo. 134 p. 2018.
- MONTEIRO, Simone. BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cad. Saúde Pública**. v 35, n 4, p. 1-12. 2019.
- ROCON, Pablo Cardoso et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface (Botucatu)**. 2019; v 23, p. 1-14. 2019.
- REIS, Pamela Suellen de Oliveira et al. Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais. **Rev Fund Care Online**. v.13, p. 80-85. 2021.
- SOUZA, Marcela Tavares de Souza; SILVA, Michelly Dias da Silva; CARVALHO, Rachel de. Integrative review: what is it? How to do it? **Einstein (São Paulo)**. v. 8, p. 102-106. 2010.

Access to Primary Health Care for the transgender population following the implementation of the National Policy on Comprehensive LGBT Health

Abstract: An integrative literature review study was conducted to explore the question: "How is access to Primary Health Care (PHC) for the transgender population after the implementation of the National Policy on Comprehensive LGBT Health?" Data collection took place between March and April 2023 using the Virtual Health Library (Biblioteca Virtual de Saúde - BVS). The review included databases such as LILACS, SciELO, MEDLINE, BDENF, BDTD and the Psy Index. A total of twenty-three publications meeting the inclusion criteria were selected, thoroughly reviewed, and analyzed. The characterization of the selected studies reveals a growing body of scientific literature addressing the transgender population's access to healthcare services within the scope of PHC following the implementation of the National Policy on Comprehensive LGBT Health. Despite these advancements, institutional violence and discrimination persist, hindering the transgender population's ability to access PHC services, establish a connection with these services, and exercise their right to comprehensive healthcare.

Keywords: Integrative review. Transphobia. Human Rights. Brazil.

Recebido: 16/09/2024

Aceito: 23/11/2024